



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638740 - SP (2021/0002036-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO
ADVOGADO : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO - SP286948
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROBERTA MARIA CARVALHO AUGUSTO
CORRÉU : CLAUDETE DA SILVA OLIVEIRA
CORRÉU : DANIEL DONIZETE DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROBERTA MARIA CARVALHO AUGUSTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0016606-94.2015.8.26.0320).

A paciente foi condenada às penas de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado e de 500 (quinhentos) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, decorrente da não aplicação do redutor do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 e da manutenção do regime inicial fechado, sem fundamentação concreta para cumprimento na modalidade mais rigorosa do que a prevista para a pena aplicada.

Destaca a necessidade de fixação do regime aberto, ao argumento de que a reeducanda é primária e portadora de bons antecedentes, inexistindo fundamentação idônea para a manutenção do regime mais gravoso.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, para que seja determinado o regime inicial aberto, ou o semiaberto, com a aplicação do redutor do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente